Trabalhadores do Judiciário pedem que TSE investigue Bolsonaro

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud) divulgou posicionamento nesta segunda-feira (22/10) cobrando que o Tribunal Superior Eleitoral investigue as denúncias de que a campanha de Jair Bolsonaro (PSL) se beneficia de um sistema pago de compartilhamento em massa de mensagens.

A entidade ressalta que a ação é crime eleitoral pois, desde 2016, o Supremo Tribunal Federal proíbe a utilização de dinheiro de empresas em campanhas eleitorais, configurando assim prática de caixa dois.

A Fenajud exige que o Judiciário verifique a situação, investigue e faça todos os mecanismos para garantir a normalidade da votação.

Consequências
A reportagem publicada na quinta-feira (18/10) pelo jornal *Folha de S.Paulo* mostra que empresas estariam contratando agências para fazer disparos de mensagens pelo WhatsApp contra o PT na semana que antecede o segundo turno das eleições. A prática é proibida pela legislação eleitoral, pois configura doação feita por pessoa jurídica.

Segundo a apuração do jornal, o valor de um contrato pode chegar a R$ 12 milhões. Uma das empresas compradoras seria a Havan, cujo dono gravou vídeo coagindo os funcionários a votar em Jair Bolsonaro (PSL).

O PT pediu ao TSE que Bolsonaro seja considerado inelegível e que os empresários envolvidos sejam incluídos na ação que foi aberta.

Após a publicação da notícia, o WhatsApp baniu centenas de contas que identificou como propagadoras de mentiras.

Outro efeito da publicação da reportagem foi que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu que a Polícia Federal instaure inquérito para apurar se empresas de tecnologia têm disseminado, de forma estruturada, mensagens em redes sociais referentes aos dois candidatos que disputam o segundo turno das eleições para presidente da República. O pedido foi feito em ofício enviado ao ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann.

Date Created
22/10/2018

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.